



# TERMINAL XXXIX DE SANTOS S.A.

CNPJ nº 04.244.527/0001-12

Demonstrações Financeiras

**Relatório da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2024. Permanecemos a inteira disposição dos Srs. Acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

**A Diretoria**

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
Ativo	Nota explicativa	2024	2023
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	139.927.495	122.178.607
Contas a receber de clientes	10	11.317.370	11.239.935
Estoques	11	14.117.085	7.889.261
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.558	20.981
Impostos a recuperar		–	43.864
Outros créditos		917.464	838.770
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>166.285.972</b>	<b>142.211.418</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	911.823	–
Depósito judiciais		198.491	316.521
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.110.314</b>	<b>316.521</b>
Imobilizado	12	247.201.735	270.676.020
Intangível		684.320	296.783
Direito de uso	26	72.795.926	56.168.361
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>321.792.295</b>	<b>327.457.685</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>488.078.267</b>	<b>469.669.103</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado).**

**1. Contexto operacional:** O Terminal XXXIX de Santos S.A. ("Companhia") está localizado na cidade de Santos - SP e tem como objeto social a exploração e operação de terminal portuário para grãos sólidos na área onde se localiza o Armazém XXXIX do Porto de Santos ("Terminal"). A Companhia possui contrato de exploração com a Autoridade Portuária de Santos S.A. ("APS") com prazo de 25 anos, iniciado em 16 de outubro de 2000, sendo prorrogável por uma única vez, por prazo máximo igual ao originalmente contratado de 25 anos, mediante solicitação por escrito da Companhia. Em 1º de julho de 2015, a Companhia protocolou e apresentou à Secretaria Especial de Portos - SEP, o Plano de Investimentos Revisado, pedindo a recomposição do equilíbrio do contrato com a renovação antecipada do contrato por mais 25 anos, a partir de 2025. Em 27.03.2018 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato 01/97-A, onde o contrato foi prorrogado até 16.10.2050 condicionado a realização dos investimentos para equipar o Berço 37, bem como a expansão da capacidade de armazenagem saindo das atuais 135.000 mil toneladas para 247.000 mil toneladas, contando com equipamentos modernos para operação e proteção ao meio ambiente. Em 21.12.2023 foi assinado o 4º Termo Aditivo ao Contrato 01/97-A, cujo Objeto é a Expansão da área do arrendamento (passando de 45.000 m² (quarenta e cinco mil metros quadrados) para 76.766,99 m² (setenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis metros quadrados e noventa e nove decímetros quadrados)). Novos investimentos e alteração de investimentos previstos no Segundo Termo Aditivo. A Companhia efetua pagamentos mensais à Autoridade Portuária de Santos (APS) e possui os seguintes compromissos, com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias, dos seguintes valores: (a) R\$1.44 por tonelada de mercadoria embarcada devido a utilização da infraestrutura terrestre, (b) R\$ 0,880 por tonelada embarcada referente a Movimentação Bx e de abril em diante passamos a pagar R\$ 0,910, (c) R\$ 22.391,00 mensais aproximadamente por consumo de água, (d) R\$ 344.415,73 de aluguel (fixo). Com a assinatura do novo aditivo, o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC para embarque será escalonado conforme cláusula sétima, partindo de 2.112.000 toneladas em 2022 até o limite de 5.056.000 toneladas para o ano de 2050. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual (sendo as principais a apresentação de demonstrações financeiras anuais auditadas até 30 de abril de cada ano subsequente ao encerramento do exercício; obtenção e manutenção das certificações ISO 9001, 14001 e 45001; apólices de seguros com coberturas de responsabilidade civil e danos materiais em geral; e apresentação de garantia de aluguel e tarifas Portuárias para Ataqueção de Navios), fica sujeito à intervenção no arrendamento da Companhia desde que não tenha causas justificadas. Existe também o compromisso de que as instalações em exploração e os bens de propriedade da APS, ora em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Em maio de 2021 a Companhia implanta oficialmente seu código de conduta após disseminação da sua Missão, Visão e Valores em janeiro de 2021 e em agosto de 2022 o Conselho de Administração autoriza a criação das áreas de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance em função do grande crescimento do Terminal. Após iniciadas as obras de expansão em janeiro de 2020 em atendimento a renovação antecipada do contrato, em maio de 2021 a Companhia inaugurou o Berço 37 aumentando a produtividade e competitividade comercial. Em agosto de 2021 a Companhia implantou o Conselho de Administração. Em setembro de 2021 a Companhia adquiriu um empréstimo de R\$230 milhões via NCE com o Banco Itaú e prazo de pagamento de 7 anos a fim de continuar obras da "Fase 2 e 4 do Projeto de Expansão".

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2025. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

**4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

**5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 21** - Instrumentos financeiros; classificação de instrumentos financeiros; e **Nota explicativa nº 7 (h)**, e **26** - Operações e classificações de arrendamento mercantil; determinação se um contrato contém um arrendamento ou não. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a partir de 31 de dezembro de 2024 estão incluídas na seguinte nota explicativa: **Nota explicativa nº 18** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Ativos e passivos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **(f) Mensuração a valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as principais utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

**6. Mudanças nas principais políticas contábeis às novas normas CPC's e interpretações - Informação de políticas contábeis materiais:** A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2024. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa 7 Políticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

**7. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos embarques efetuados. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Variações cambiais e monetárias passivas; • Variações cambiais e monetárias ativas; e • Rendimentos de aplicações financeiras, líquidos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **c. Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **d. Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que em reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas contendo o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(f) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. Os impostos correntes ativos e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(g) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos ativos e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **f. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor e incluem o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem os custos incorridos na aquisição de estoques, e outros custos incorridos em tratê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores dos estoques da Companhia, referem-se exclusivamente a itens adquiridos com a função de manter a manutenção das operações do Terminal. **g. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em reais - R\$)					
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2024	2023		
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	13	4.939.107	6.451.498		
Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	14	5.753.974	5.263.799		
Impostos a recolher	15	12.355.396	8.346.392		
Empréstimos e Financiamentos	16	52.028.645	54.105.268		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	4.655.706	5.487.628		
Passivo de arrendamento	26	9.614.384	6.300.833		
Partes relacionadas	25	1.614.862	191.607		
Dividendos a pagar	25	34.921.454	27.754.792		
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>125.883.528</b>	<b>113.901.817</b>		
<b>Não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	–	277.206		
Empréstimos e Financiamentos	16	138.000.000	184.000.000		
Passivo de arrendamento	26	69.913.021	55.020.562		
Provisão para processos judiciais	19	2.632.493	66.965		
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>210.545.514</b>	<b>239.364.733</b>		
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	20	100.000.000	72.000.000		
Reservas de lucros		50.526.784	42.980.552		
Ajustes de avaliação patrimonial		1.122.441	1.422.001		
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>151.649.225</b>	<b>116.402.553</b>		
<b>Total do passivo</b>		<b>336.429.042</b>	<b>353.266.550</b>		
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>488.078.267</b>	<b>469.669.103</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)							
Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva para retenção de lucros	Reserva legal	Reserva para investimento			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2022</b>	50.000.000	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital conforme AGE datada de 30 de novembro de 2023	22.000.000	–	–	–	–	–	–
Distribuição de lucros (R\$ por ação)	–	–	–	–	–	–	(22.000.000)
Realização do custo atribuído	–	–	–	–	(715.956)	715.956	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	65.305.392
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	20 <b>b</b>	–	–	3.265.269	–	–	(3.265.269)
Reserva para investimento	20 <b>b</b>	–	–	–	–	–	(6.530.539)
Dividendos mínimos obrigatórios	20 <b>c</b>	–	–	–	–	–	(27.754.792)
Constituição da reserva de retenção de lucros	20 <b>b</b>	–	–	–	–	–	(28.470.748)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b>	72.000.000	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital conforme AGE datada de 26 de novembro de 2024	20 <b>a</b>	28.000.000	–	–	–	–	–
Distribuição de lucros conforme AGE datada de 26/11/2024 (R\$ por ação)	–	–	–	–	–	–	(12.000.000)
Realização do custo atribuído	20 <b>d</b>	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–
Destinações do lucro líquido:							
Reserva legal	20 <b>b</b>	–	–	–	–	–	–
Reserva para investimento	20 <b>b</b>	–	–	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	20 <b>c</b>	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	20 <b>b</b>	–	–	–	–	–	–
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</b>	100.000.000	–	–	–	–	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e que possam ser mensurados com segurança. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais, do ativo imobilizado para os exercícios são as seguintes:

	%
Móveis e utensílios	10,00
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10,00
Equipamentos de campo	10,00
Computadores e periféricos	20,00
Veículos	20,00
Instalações	10,00
Construção Civil	4,00
Demais equipamentos	10,00
Direito edificações	4,00

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h. Concessões:** A Companhia possui concessões de serviços públicos decorrentes do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 1. A Companhia atua sob o regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das interpretações técnicas CPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão, em virtude dos preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder concedente. **i. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de controle no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019. **(f) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. **j. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objeto do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos e nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
Ativo	Nota explicativa	2024	2023		
Receita operacional líquida					

Continuação

Um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento":

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

**Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a demais ativos, exceto em casos de ágios, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **I. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **m. Fornecedor:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável. **n. Capital social:** As ações ordinárias e preferências são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no estatuto social são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica. **o. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso acessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia require a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

**8. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (CPC 26):** O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

**9. Caixa e equivalentes de caixa**

	2024	2023
Caixa e bancos	48.888	5.383.779
Aplicações financeiras (i)	139.878.607	116.794.828
	<u>139.927.495</u>	<u>122.178.607</u>

(i) As aplicações financeiras representadas por títulos de renda fixa são remuneradas a 101,14% (Banco Itaú), 103,93% (Banco Votorantim) e 101,80% (Banco Santander) da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, (102,42% (Banco Itaú), 106,30% (Banco Votorantim) e 101,83% (Banco Santander) da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2023) e a uma taxa fixa de 0,2% a.m. (Banco do Brasil), os quais apresentam liquidez diária e possuem prazo de carência para resgate inferior a 90 dias a partir da data de aplicação. Em 2024 houve a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21.

**10. Contas a receber de clientes**

	2024	2023
Contas a receber de clientes	11.317.370	11.239.935

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na nota explicativa nº 21.

**11. Estoques**

	2024	2023
Materiais de almoxarifado	14.117.085	7.889.261
	<u>14.117.085</u>	<u>7.889.261</u>

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo Inicial	436.423	503.211
Adições / Reversões	(2.762)	(66.788)
Saldo final	<u>433.661</u>	<u>436.423</u>

**12. Imobilizado: a. Composição do imobilizado**

	2024		2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Custo	Depreciação acumulada
Móveis e utensílios	1.150.621	(499.542)	651.079	1.004.035
Instalações	661.568	(333.295)	328.273	494.148
Máquinas e equipamentos	3.718.135	(3.254.536)	463.599	3.466.128
Veículos	430.068	(119.032)	311.036	171.672
Equipamentos e periféricos de informática	1.694.916	(601.982)	1.092.934	926.685
Construção civil	8.205.226	(5.796.129)	2.409.097	8.144.442
Armazém	10.631.929	(4.050.016)	6.581.913	10.631.929
Sistema de recebimento	7.435.290	(7.246.033)	189.257	7.435.290
Sistema de expedição	10.889.236	(10.470.478)	418.758	10.889.236
Energização	1.235.555	(1.235.555)	-	1.235.555
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	716.757	(578.814)	137.943	716.757
P.E Construção Civil	34.941.847	(2.877.667)	32.064.180	33.658.076
P.E Sistema de recebimento	1.055.872	(26.253)	1.029.619	-
P.E Sistema de expedição	30.114.107	(21.428.558)	8.685.549	30.114.107
P.E Instalações	69.880.507	(10.898.807)	58.981.700	53.203.939
P.E Máquinas e equipamentos	27.709.773	(3.724.235)	23.985.538	15.926.311
P.E Correia	39.993.090	(7.694.014)	32.299.076	39.993.090
P.E Shiploader	28.545.510	(20.450.511)	8.094.999	28.545.510
P.E Gates	459.390	(29.023)	430.367	459.390
P.E Silo	68.442.063	(4.108.643)	64.333.420	68.442.063
P.E Berço e Cais	1.853.037	(265.314)	1.587.723	1.853.037
P.E Outros	764.499	(109.579)	654.920	764.499
Benefitória em bens de terceiros	957.135	(80.792)	876.343	104.635
Outros Imobilizados em andamento	323.938	-	323.938	563.834
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.1 Obras Civis	-	-	-	1.195.543
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecânicos	170.942	-	170.942	11.821.499
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Elétrica Automação	11.545	-	11.545	5.311.078
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.4 Utilidades	-	-	-	6.386.113
Adiantamento de Imobilizado	1.087.988	-	1.087.988	1.050.366
	<u>353.080.544</u>	<u>(105.878.808)</u>	<u>247.201.736</u>	<u>344.508.967</u>

**b. Movimentação do custo**

	2023		2024	
	Custo	Adições (i)	Baixas	Transferência
Móveis e utensílios	1.004.035	145.759	(1.593)	2.420
Instalações	494.148	29.834	(3.761)	141.347
Máquinas e equipamentos	3.466.128	263.040	(55.737)	44.704
Veículos	171.672	-	(125.030)	383.426
Equipamentos e periféricos de informática	926.685	137.743	(2.260)	632.748
Construção civil	8.144.442	-	-	60.784
Armazém	10.631.929	-	-	8.205.226
Sistema de recebimento	7.435.290	-	-	7.435.290
Sistema de expedição	10.889.236	-	-	10.889.236
Energização	1.235.555	-	-	1.235.555
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	716.757	-	-	716.757
P.E Construção Civil	33.658.076	-	-	1.283.771
P.E Sistema de recebimento	-	-	-	1.055.872
P.E Sistema de expedição	30.114.107	-	-	30.114.107

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

P.E Instalações	53.203.939	392.050	(6.947)	16.291.465	69.880.507
P.E Máquinas e equipamentos	15.926.311	-	-	11.783.462	27.709.773
P.E Correia Transportadora	39.993.090	-	-	-	39.993.090
P.E Shiploader	28.545.510	-	-	-	28.545.510
P.E Gates	459.390	-	-	-	459.390
P.E Silo	68.442.063	-	-	-	68.442.063
P.E Berço e Cais	1.853.037	-	-	-	1.853.037
P.E Outros	764.499	-	-	-	764.499
Benefitória em bens de terceiros	104.635	548.682	-	303.818	957.135
Outros Imobilizados em andamento	563.834	1.878.065	-	(2.117.961)	323.938
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.1 Obras Civis	1.195.543	530.402	-	(1.725.945)	-
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecânicos	11.821.499	353.958	-	(12.004.515)	170.942
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Elétrica Automação	5.311.078	4.557.958	-	(9.857.491)	11.545
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.4 Utilidades	6.386.113	-	-	(6.386.113)	-
Adiantamento de Imobilizado	1.050.366	1.087.988	(1.050.366)	-	1.087.988
	<u>344.508.967</u>	<u>9.925.479</u>	<u>(1.245.694)</u>	<u>(108.208)</u>	<u>353.080.544</u>
	<b>2022</b>				<b>2023</b>
Móveis e utensílios	814.599	209.573	(20.137)	-	1.004.035
Instalações	425.640	48.097	(3.261)	23.672	494.148
Máquinas e equipamentos	3.450.138	46.471	(19.800)	(10.681)	3.466.128
Veículos	171.672	-	-	-	171.672
Equipamentos e periféricos de informática	611.606	232.593	(2.658)	85.144	926.685
Construção civil	18.776.371	-	-	(10.631.929)	8.144.442
Armazém	-	-	-	10.631.929	10.631.929
Sistema de recebimento	13.078.692	2.718	(5.646.120)	-	7.435.290
Sistema de expedição	11.884.356	-	(995.120)	-	10.889.236
Energização	1.235.555	-	-	-	1.235.555
Máquinas e equipamentos - área comum	546.206	-	(546.206)	-	-
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	559.789	156.968	-	-	716.757
P.E Construção Civil	12.266.686	-	(100)	21.391.490	33.658.076
P.E Sistema de recebimento	-	4.884	(56.678)	51.794	-
P.E Sistema de expedição	58.659.617	-	-	(28.545.510)	30.114.107
P.E Instalações	9.828.347	16.414	(119.543)	43.478.721	53.203.939
P.E Máquinas e equipamentos	239.335	-	-	15.686.976	15.926.311
P.E Correia Transportadora	-	-	-	39.993.090	39.993.090
P.E Shiploader	-	-	-	28.545.510	28.545.510
P.E Gates	-	-	-	459.390	459.390
P.E Silo	-	-	-	68.442.063	68.442.063
P.E Berço e Cais	-	-	-	1.853.037	1.853.037
P.E Outros	-	-	-	764.499	764.499
Benefitória em bens de terceiros	-	-	-	104.635	104.635
Outros Imobilizados em andamento	47.142	614.827	-	(98.135)	563.834
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.1 Obras Civis	81.574.749	13.096.302	-	(93.475.508)	1.195.543
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Equip. Mecânicos	71.936.186	12.369.204	(100.020)	(72.383.871)	11.821.499
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.2 Elétrica Automação	19.079.532	12.937.611	-	(26.706.105)	5.311.078
I. A. Proj.Exp. Fase 1 - 1.4 Utilidades	5.894.161	152.163	-	339.789	6.386.113
Adiantamento de Imobilizado	12.641.479	1.035.447	(12.626.560)	-	1.050.366
	<u>323.721.858</u>	<u>40.923.312</u>	<u>(20.136.203)</u>	<u>-</u>	<u>344.508.967</u>
	<b>2023</b>				<b>2024</b>
Móveis e utensílios	(412.207)	(88.757)	1.422	-	(499.542)
Instalações	(288.487)	(45.318)	510	-	(333.295)
Máquinas e equipamentos	(3.214.230)	(74.818)	34.512	-	(3.254.536)
Veículos	(158.062)	(80.386)	119.416	-	(119.032)
Equipamentos e periféricos de informática	(393.354)	(208.886)	258	-	(601.982)
Construção civil	(5.704.807)	(91.322)	-	-	(5.796.129)
Armazém	(3.970.680)	(79.336)	-	-	(4.050.016)
Sistema de recebimento	(6.956.825)	(289.208)	-	-	(7.246.033)
Sistema de expedição	(10.076.028)	(394.450)	-	-	(10.470.478)
Energização	(1.235.555)	-	-	-	(1.235.555)
Máquinas e equipamentos - Meio Ambiente	(531.632)	(47.182)	-	-	(578.814)
P.E Construção Civil	(1.522.390)	(1.355.277)	-	-	(2.877.667)
P.E Sistema de recebimento	-	(26.253)	-	-	(26.253)
P.E Sistema de expedição	(15.405.736)	(6.022.822)	-	-	(21.428.558)
P.E Instalações	(4.807.758)	(6.091.620)	571	-	(10.898.807)
P.E Máquinas e equipamentos	(1.063.247)	(2.660.988)	-	-	(3.724.235)
P.E Correia Transportadora	(1.695.050)	(5.998.964)	-	-	(7.694.014)
P.E Shiploader	(14.741.409)	(9.509.102)	-	-	(20.450.511)
P.E Gates	(10.648)	(18.375)	-	-	(29.023)
P.E Silo	(1.370.961)	(2.737.682)	-	-	(4.108.643)
P.E Berço e Cais	(191.193)	(74.121)	-	-	(265.314)
P.E Outros	(78.999)	(30.580)	-	-	(109.579)
Benefitória em bens de terceiros	(3.689)	(77.103)	-	-	(80.792)
	<u>(73.832.947)</u>	<u>(32.202.550)</u>	<u>156.689</u>	<u>-</u>	<u>(105.878.808)</u>
	<b>2022</b>				<b>2023</b>
Móveis e utensílios	(348.056)	(75.138)	10.987	-	(412.207)

**Continuação** → recebidos 50% do valor antes da atração e 50% cinco dias após a desatracção, este risco acaba sendo eliminado. Outro fator que minimiza este risco é em virtude de esses clientes serem multinacionais de renome e, principalmente, por estes manterem estoque durante todo o ano. A Companhia atualmente está trabalhando com 100% em contratos assinados em função da demanda e negociando outros contratos de longo prazo. **Garantias:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui garantias cedidas a terceiros. **Risco de liquidez:** É o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus serviços, o que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia garante que possui caixa à vista suficiente a fim de cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas

**Risco de taxa de juros - Apreciação das taxas**

Instrumentos	Exposição em 2024	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	139.878.607	% CDI	12,43%	17.386.911	15,54%	21.733.638	18,65%	26.080.366
Passivos financeiros								
Empréstimo	(190.028.645)	CDI + taxa fixa	14,25%	(27.079.082)	17,81%	(33.848.852)	21,38%	(40.618.623)
<b>Total</b>	<b>(50.150.038)</b>			<b>(9.692.171)</b>		<b>(12.115.214)</b>		<b>(14.538.257)</b>

**Impacto no resultado e patrimônio líquido**

Instrumentos	Exposição em 2023	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	116.794.828	% CDI	12,06%	14.085.456	15,08%	17.606.820	18,09%	21.128.184
Passivos financeiros								
Empréstimo	(238.105.268)	CDI + taxa fixa	13,75%	(32.739.474)	17,19%	(40.924.343)	20,63%	(49.109.212)
<b>Total</b>	<b>(121.310.440)</b>			<b>(18.654.018)</b>		<b>(23.317.523)</b>		<b>(27.981.027)</b>

**Risco de taxa de juros - Depreciação das taxas**

Instrumentos	Exposição em 2024	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	139.878.607	% CDI	12,43%	17.386.911	9,32%	13.040.183	6,22%	8.693.455
Passivos financeiros								
Empréstimo	(190.028.645)	CDI + taxa fixa	14,25%	(27.079.082)	10,69%	(20.309.311)	7,13%	(13.539.541)
<b>Total</b>	<b>(50.150.038)</b>			<b>(9.692.171)</b>		<b>(7.269.128)</b>		<b>(4.846.086)</b>

**Impacto no resultado e patrimônio líquido**

Instrumentos	Exposição em 2023	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	116.794.828	% CDI	12,06%	14.085.456	9,05%	10.564.092	6,03%	7.042.728
Passivos financeiros								
Empréstimo	(238.105.268)	CDI + taxa fixa	13,75%	(32.739.474)	10,31%	(24.554.606)	6,88%	(16.369.737)
<b>Total</b>	<b>(121.310.440)</b>			<b>(18.654.018)</b>		<b>(13.990.514)</b>		<b>(9.327.009)</b>

**Impacto no resultado e patrimônio líquido**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**  
que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **Risco de mercado:** É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, nos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco da taxa de juros:** A Companhia está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos. A direção da Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas às suas dívidas. **Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa variável:** Com base no saldo de aplicações financeiras e endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, sendo que se refere a uma projeção das despesas para os próximos meses. O Cenário II corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário III corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir.

Instrumentos	Exposição em 2024	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	139.878.607	% CDI	12,43%	17.386.911	15,54%	21.733.638	18,65%	26.080.366
Passivos financeiros								
Empréstimo	(190.028.645)	CDI + taxa fixa	14,25%	(27.079.082)	17,81%	(33.848.852)	21,38%	(40.618.623)
<b>Total</b>	<b>(50.150.038)</b>			<b>(9.692.171)</b>		<b>(12.115.214)</b>		<b>(14.538.257)</b>

Instrumentos	Exposição em 2023	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	116.794.828	% CDI	12,06%	14.085.456	15,08%	17.606.820	18,09%	21.128.184
Passivos financeiros								
Empréstimo	(238.105.268)	CDI + taxa fixa	13,75%	(32.739.474)	17,19%	(40.924.343)	20,63%	(49.109.212)
<b>Total</b>	<b>(121.310.440)</b>			<b>(18.654.018)</b>		<b>(23.317.523)</b>		<b>(27.981.027)</b>

Instrumentos	Exposição em 2024	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	139.878.607	% CDI	12,43%	17.386.911	9,32%	13.040.183	6,22%	8.693.455
Passivos financeiros								
Empréstimo	(190.028.645)	CDI + taxa fixa	14,25%	(27.079.082)	10,69%	(20.309.311)	7,13%	(13.539.541)
<b>Total</b>	<b>(50.150.038)</b>			<b>(9.692.171)</b>		<b>(7.269.128)</b>		<b>(4.846.086)</b>

Instrumentos	Exposição em 2023	Risco	Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	116.794.828	% CDI	12,06%	14.085.456	9,05%	10.564.092	6,03%	7.042.728
Passivos financeiros								
Empréstimo	(238.105.268)	CDI + taxa fixa	13,75%	(32.739.474)	10,31%	(24.554.606)	6,88%	(16.369.737)
<b>Total</b>	<b>(121.310.440)</b>			<b>(18.654.018)</b>		<b>(13.990.514)</b>		<b>(9.327.009)</b>

**Risco operacional:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional a fim de evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, bem como danos à sua imagem, buscando eficácia na gestão de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Gerência da Companhia. Para garantir a efetividade dos controles, a Companhia implementou a área de Controles Internos e Gestão de Riscos para gerenciamento de ações mitigadoras, de monitoramento e revisão de controles. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, criando a sustentação do desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas, relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Com vistas à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca rendimentos conservadores e taxas de juros para operações financeiras com menor custo. **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

	2024	2023
<b>22. Receita operacional líquida</b>	<b>307.968.936</b>	<b>279.313.654</b>
Receita de serviços prestados	(18.885.424)	(17.486.958)
(-) Impostos sobre receita bruta	289.083.512	261.826.696
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>289.083.512</b>	<b>261.826.696</b>

	2024	2023
<b>23. Custos e despesas por natureza</b>	<b>(46.466.531)</b>	<b>(40.768.512)</b>
Pessoal	(8.328.503)	(12.238.564)
Depreciação	(19.545.532)	(17.544.654)
Tarifas portuárias	(16.639.329)	(15.161.173)
Estiva	(10.005.601)	(7.403.947)
Manutenção	(4.168.423)	(3.419.584)
Gerais	(4.043.506)	(3.373.112)
Amortização de direito de uso	(1.128.316)	(1.336.807)
Aluguel de equipamentos (i)	(2.510.485)	(1.309.400)
Tributárias	(153.448)	(12.711.653)
Serviços prestados por terceiros	(145.192.223)	(137.201.693)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		

	2024	2023
<b>24. Resultado financeiro</b>	<b>13.988.521</b>	<b>12.263.546</b>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras em renda fixa	1.524	1.341
Descontos obtidos	345.322	281.173
Juros ativos	1.578.146	814.331
Variações cambiais ativas	7.572	20.966
Variações monetárias ativas	15.921.085	13.381.357
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(9.046)	(28.189)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(27.966.053)	(34.317.030)
Ajuste a valor presente do passivo de arrendamento	(5.312.436)	(4.396.075)
Variações cambiais passivas	(446.270)	(1.353.664)
Juros passivos	(2.645.555)	(2.544)
<b>Total do contas a pagar</b>	<b>(36.379.360)</b>	<b>(40.097.502)</b>
<b>Total do contas a receber</b>	<b>(20.458.275)</b>	<b>(26.716.145)</b>

**25. Partes relacionadas - a. Controladoras:** A Companhia é controlada em conjunto por Rumo S.A. e Caramuru Alimentos S.A. **b. Saldos e transações:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladoras, as quais foram realizadas para os respectivos tipos de operações: Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são conforme abaixo:

	2024	2023
<b>Contas a pagar</b>	<b>1.614.862</b>	<b>191.607</b>
Caramuru Alimentos S.A.		
Total do contas a pagar	1.614.862	191.607
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>17.460.727</b>	<b>13.877.396</b>
Caramuru Alimentos S.A.		
Rumo S.A.	17.460.727	13.877.396
Total dos dividendos a pagar	34.921.454	27.754.792
<b>Total geral</b>	<b>36.536.316</b>	<b>27.946.399</b>

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>27.754.792</b>	<b>8.000.000</b>
Distribuição de lucros	12.000.000	22.000.000
Distribuição de lucros - pagos	(39.754.792)	(30.000.000)
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	34.921.454	27.754.792
<b>Saldo final</b>	<b>34.921.454</b>	<b>27.754.792</b>

	2024	2023
<b>Caramuru Alimentos S.A.</b>	<b>7.249.195</b>	<b>9.684.944</b>
Receitas:		
Receita de serviços prestados	7.249.195	9.684.944
Total das receitas de serviços prestados	7.249.195	9.684.944
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Rateio de custos CSC Intragruppo	(2.177.069)	(2.256.501)
<b>Total dos custos e despesas operacionais</b>	<b>(2.177.069)</b>	<b>(2.256.501)</b>

	2024	2023
<b>Rumo Malha Paulista S.A. &amp; Elevações Portuárias S.A.</b>	<b>4.222.187</b>	<b>4.222.187</b>
Receitas:		
Receita de serviços prestados	4.222.187	4.222.187
Total das receitas de serviços prestados	4.222.187	4.222.187
Custos dos serviços prestados e despesas operacionais:		
Despesas com aluguel de locomotiva	(1.221.851)	(1.221.851)
<b>Total dos custos e despesas operacionais</b>	<b>(1.221.851)</b>	<b>(1.221.851)</b>

**c. Remuneração da Administração:** Em 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 2.104.655 (R\$ 1.678.336 em 2023) e inclui salários e benefícios variáveis. **d. Compromissos contratuais com partes relacionadas:** A Companhia foi contratada pela Caramuru Alimentos S.A. para prestação de serviços de armazenagem, embarque de grãos para exportação em sistema de pool no terminal da contratada, localizada no Porto de Santos, de um volume estimado de 99.000 toneladas de Farel de Soja, com tolerância de 10% para mais ou menos do contratado. A quantidade total contratada foi embarcada em 31 de dezembro de 2024, considerando o percentual de tolerância previsto no contrato.

**26. Direito de uso e passivo de arrendamento - a. Arrendamentos como arrendatário CPC 06:** Considerando os requisitos da norma, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros dos arrendamentos, anteriormente registradas como despesas de arrendamento operacional. Até 14 de março de 2024, a Companhia era arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 45.000 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. A partir de 15 de março de 2024, a Companhia tomou posse de uma área adicional para o adensamento operacional, totalizando 76.766,99 metros quadrados sob arrendamento. O contrato de arrendamento possui prazo de vigência até outubro de 2050. Além disso, a Companhia também é arrendatária de quatro pás carregadeiras e uma escavadeira utilizadas para auxiliar no escoamento dos produtos que são embarcados. Em novembro de 2024, foi incluída um novo contrato referente a locação da locomotiva utilizada na descarga para manobra interna de vagões. Todas as cláusulas restritivas dos contratos de arrendamento vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia. **(f) Ativos de direito de uso:** A movimentação do direito de uso, foi a seguinte:

	2024	2023
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>56.704.166</b>	<b>2.883.779</b>
Remensuração	(3.419.584)	(3.419.584)
Amortização	(1.221.851)	(1.221.851)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>56.168.361</b>	<b>59.587.946</b>
Valor do custo	(3.419.584)	(3.419.584)
Amortização acumulada	56.168.361	56.168.361
Imobilizado líquido	56.168.361	56.168.361
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>56.168.361</b>	<b>56.168.361</b>
Remensuração	8.262.023	12.533.967
Adição	(4.168.425)	(4.168.425)
Amortização	(7.925.926)	(7.925.926)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>60.500.830</b>	<b>61.321.395</b>
Passivo circulante	6.300.833	55.020.562
Passivo não circulante	55.020.562	61.321.395
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.262.023	12.533.967
Remensuração	(5.312.436)	(2.589.980)
Adição	5.312.436	5.312.436
Pagamento de principal	(2.589.980)	(2.589.980)
Pagamento de juros	79.527.405	79.527.405
Juros provisionados	6.914.384	6.914.384